



Resta algo de 2013?¹

Is there anything left of 2013?

Angelina Peralva *

Julien Figeac **

Nathalie Paton ***

RESUMO

Uma pesquisa com coletivos de ativistas, formados antes ou durante as manifestações de 2013, presentes nas redes digitais e fora delas, levou-nos a abordar a morfologia desses grupos, o perfil dos participantes, seus usos das tecnologias de comunicação e suas orientações mais gerais. Três perguntas organizam o texto. Que queriam os manifestantes de 2013? Resta algo daquele momento? Qual a relação do movimento com a crise institucional brasileira atual? As entrevistas foram realizadas em março de 2017 e haviam sido precedidas por observações regulares nas redes sociais, efetuadas ao

ABSTRACT

Research on groups of activists, formed in the 2013 demonstrations or before, active on social network sites and outside them, leads us to address the morphology of these groups, the profile of participants, their uses of information and communication technologies and their general orientations. Three questions organize the text. What did the 2013 demonstrators want? Is there now in 2017 anything left of that moment? Is there a relationship between those demonstrations and the current Brazilian institutional crisis? The interviews were carried out in March 2017 and were preceded by regular observations on

¹ Referências institucionais e agradecimentos: A pesquisa é parte de um projeto intitulado “Liens sociométriques et technologies (mobiles) de l’information et de la communication” (LiSTIC), desenvolvido no âmbito da Universidade de Toulouse e tendo por parceiros no Brasil o Laps (Departamento de Sociologia da FFLCH-USP) e o Necvu (Departamento de Sociologia do IFCS/UFRJ). É um projeto interdisciplinar coordenado por sociólogos do LISST, em parceria com pesquisadores da área de ciências da informação e da comunicação, bem como da área de informática do LERASS e do IRIT (Universidade de Toulouse 3). O projeto é dirigido por Julien Figeac, sociólogo do CNRS e do LISST, e envolve uma equipe de cerca de 20 pessoas, com estatutos e implicações diversas, entre as quais – no que se refere à parte brasileira – as demais autoras deste artigo (cf. <https://listic.irit.fr/>). Tem financiamento garantido até 2021 (Agence Nationale de la Recherche) e obteve o selo GDRI Web Science. Explora os usos contemporâneos dos telefones celulares e dos aplicativos desenvolvidos pelas principais redes sociais, com o objetivo de captar seus efeitos sobre a composição e a morfologia das redes relacionais, sobre as sociabilidades no trabalho e sobre as formas mediatizadas de participação política – tanto na França, durante as eleições presidenciais deste ano, quanto no Brasil no quadro dos movimentos sociais atuais. Um agradecimento especial a Vera Telles, Michel Misse e Marcia Leite pelo apoio; a Esther Solano, Guilherme Flynn e Jacqueline Leta pela generosa facilitação do acesso a muitos contatos; e a Pablo Ortellado pelas pistas. Agradecimento também a todos que se dispuseram a conversar conosco e cujo anonimato escolhemos preservar.

* Professora emérita de Sociologia, pesquisadora do Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires (LISST), CNRS-Université de Toulouse 2. E-mail: peralva@univ-tlse2.fr.

** Doutor em Sociologia, pesquisador do CNRS, Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires (LISST), CNRS-Université de Toulouse 2. E-mail: julien.figeac@univ-tlse2.fr.

*** Doutora em Sociologia, pesquisadora contratual, Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires (LISST), CNRS-Université de Toulouse 2. E-mail: nathalie.paton@gmail.com.

longo de um ano e meio, com preservação de materiais iconográficos.

Palavras-chave: 2013; Lutas Urbanas; Midiativismo; Redes Sociodigitais; Democracia.

social network sites for over a year and a half, including the storage of iconographic material.

Keywords: 2013; Urban Struggles; Media Activism; Social Network Sites; Democracy.

Em junho de 2013, o Brasil levou às ruas as mais importantes manifestações populares de sua história recente. No dia 17, 21 cidades se mobilizaram, e no dia 20, 150 cidades, quando a estimativa de presença foi de um milhão de pessoas. Várias ocupações – da Câmara Federal, em Brasília (100 dias), do Parque Cocó em Fortaleza (4 meses), da calçada da residência do governador do Estado do Rio de Janeiro (40 dias) e muitas outras mais – pontuaram o ano. Em 2014, essas manifestações declinaram, cedendo lugar a uma extrema polarização da vida política. Nas eleições presidenciais, Dilma Rousseff obteve a vitória por uma diferença de votos relativamente pequena (menos de 3 milhões e meio em mais de 105 milhões de votos válidos). Uma contestação quase que imediata de seu mandato desembocou na sua destituição em 2016. A Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, foi um elemento importante dessa polarização, ao trazer à tona uma série de casos de corrupção envolvendo políticos e empresários e ao transformar a Justiça em protagonista de primeiro plano da vida nacional. O saldo desse processo foi uma desmoralização profunda do sistema político perante a opinião pública, incapaz, no entanto, de se remobilizar para definir novos rumos para o país, passiva diante dos escândalos que se sucedem uns após outros e passiva também diante de atos de liquidação, pela via parlamentar, de direitos conquistados, em um contexto de ilegitimidade radical do Congresso eleito em 2014.

Tal é o pano de fundo da pesquisa apresentada aqui, que tentará responder a três perguntas principais. Primeiro, o que queriam os manifestantes de 2013 – os que foram às ruas e os que se organizaram em coletivos de ativistas em diferentes cidades brasileiras? Segundo, resta algo dessa mobilização? Terceiro, é possível estabelecer uma relação entre o movimento de 2013 e a crise institucional atual – e nesse caso, qual? Essas três perguntas organizam o texto. Junho de 2013 foi um movimento de extensão nacional, complexo, cuja dinâmica remonta à virada do século, e cuja expressão em 2013 é inseparável dos efeitos políticos induzidos pela proximidade de dois megaeventos esportivos, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, e pela realização naquele mesmo ano da Copa das Confederações. Resta algo dessa mobilização? Resta muita coisa. As redes de ativistas que deram vida às manifestações, no espaço digital e fora dele, resistiram bem ao refluxo do movimento e constituem um potencial significativo de mobilizações futuras. Duas grandes ordens de preocupações movem esses grupos: a aspiração a uma cidade justa, sustentável e humana; e a necessidade de organizar a informação em um contexto de monopólio e crise da grande imprensa. A relação entre o movimento de 2013 e a crise institucional atual é também complexa – e, em todo caso, mais complexa do que pretendem certas teses que veem entre um e outra uma relação de causa a efeito. Ao contrário, 2013 parece sugerir uma resposta a essa crise institucional – crise que não foi gerada pelo movimento, posto que resulta em verdade de uma decomposição dos modelos representativos de democracia, amplamente observável em escala mundial.

JUNHO

Ao Movimento Passe Livre (MPL), formado em 2005 durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, coube grande notoriedade nas jornadas de junho. Mas junho não se resume a ele. A luta “contra uma política neoliberal de espoliação da cidade” (FOUREAUX, 2014), que também se construiu silenciosamente em vários pontos do país, intensificou-se com o engajamento do Brasil na preparação da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Multiplicaram-se os espaços de debate sobre a vida urbana – assembleias populares, assembleias de bairro, ocupações – e de resistência à brutalidade das políticas de remoção e repressão contra as populações mais frágeis. Em Recife, o conflito remonta a 2008, quando foi leiloado o segundo maior pátio ferroviário do país e um grupo de quatro empreiteiras projetou a construção no local de 12 torres de 40 andares. Em 2011, formou-se o grupo Direitos Urbanos, e em 2012, em rechaço ao projeto das empreiteiras, o movimento #OcupeEstelita (ANDRADE; LINS; LEMOS, 2014; NOGUEIRA, 2015). No Rio de Janeiro, a resistência da Vila Autódromo contra as remoções vinculadas ao projeto olímpico começou em 2011 (BAYER, 2017).

Ao lado da luta por transportes melhores e mais baratos, pilotada pelo Movimento Passe Livre, a questão da moradia figurou também com muita força nas manifestações de 2013. Juntamente com o MPL e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas ocupou uma posição importante na liderança do movimento.² A partir de comitês locais formados em 12 cidades-sedes da Copa do Mundo, ela protagonizou uma ampla luta contra as remoções. Entraram no entanto em jogo também projetos de cidade diferentes daqueles encarnados pelas grandes empreiteiras, em aliança com os sistemas políticos locais e/ou nacionais. Vila Autódromo, que formulou uma proposta de urbanização alternativa à da Prefeitura, no Rio de Janeiro (BAYER, 2017), os movimentos #OcupeEstelita e Direitos Urbanos, no Recife (NOGUEIRA, 2015), ou o movimento #Ocupacocó em Fortaleza³ foram – e, em alguns casos, continuam sendo – movimentos engajados na luta por um projeto de cidade mais inclusivo e respeitoso do meio ambiente.⁴

O tema dos direitos humanos esteve presente no movimento através da resistência à indicação do deputado pastor Marco Feliciano à presidência da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal. A agressividade das proposições da nova Comissão (cura gay, estatuto do nascituro – também chamado bolsa-estupro –, atentados aos direitos dos povos originários) alimentou um movimento pautado pela questão da diversidade e dos direitos culturais (PAGUL, 2014). A segunda entrada nesse tema foi protagonizada pelos coletivos de luta contra a violência policial e pelo direito à vida – vários deles formados em favelas e particularmente presentes no Rio de Janeiro: Ocupa Alemão, Ocupa Borel, Coletivo Papo Reto, Maré Vive e muitos outros. Patrocinada pela Anistia Internacional para protestar contra o desaparecimento de

² Junho está sendo (MORAES et al., 2014).

³ Valéria Pinheiro (2014) explica que o anúncio pelo prefeito, em 5 de julho de 2013, de que seriam construídos viadutos que implicariam na derrubada de mais de 100 árvores adultas no parque do Cocó em Fortaleza gerou uma ocupação imediata do local pela população. Segundo ela, em 35 anos a cidade perdeu 90% de sua cobertura vegetal. A ocupação durou quatro meses durante os quais as obras foram paralisadas e a derrubada das árvores suspensa.

⁴ O vídeo *Cabeça de prédio* publicado em dezembro de 2015 na página Facebook do Movimento#OcupeEstelita traduz em imagens da cidade os termos desse conflito.

um pedreiro na UPP da Rocinha, a campanha #CadêoAmarildo? contribuiu para ampliar esse movimento (THAMARA, 2014). A indignação da opinião pública diante de ações policiais violentas, que em diversos momentos se abateram sobre os manifestantes de 2013, estendeu-se pela primeira vez à experiência das populações precarizadas das favelas, das quais o pedreiro Amarildo tornou-se um símbolo.

O contexto de Copa do Mundo catalisou uma grande parte da insatisfação do país, produzindo efeitos políticos importantes. Não por acaso, os manifestantes de 2013 opuseram a má qualidade dos transportes coletivos e dos serviços públicos em geral aos estádios superfaturados e às obras megalomaniacas empreendidas por exigência da Fifa.⁵ Fala-se de “regulação multiníveis” (POUPEAU, 2013) para evocar o fato de a vida social de um país não mais ser regida apenas por um Estado e instituições nacionais, mas por um conjunto complexo de atores, públicos e privados, nacionais e supranacionais, ligados entre si por relações contratuais. A Copa do Mundo de 2014 no Brasil é um revelador particularmente interessante desse fenômeno. A Lei da Copa permitiu a formação, no território nacional, de um perímetro de exceção, com delegação de soberania em favor da Fifa, que suspendia garantias de liberdade econômica e de circulação. Crimes que viessem a pôr em cheque o monopólio econômico da Fifa dentro do seu perímetro de soberania poderiam ser punidos com penas de prisão de três meses a um ano. Uma política de segurança pública específica acompanhou a programação desse megaevento e é inseparável da brutalidade da repressão que se abateu contra manifestantes e populações pobres, especialmente no Rio de Janeiro, onde o exército nacional ocupou por vários meses a favela da Maré.

É, portanto, impossível dissociar a mobilização coletiva que teve como ápice as jornadas de junho de 2013 dos efeitos políticos suscitados pela Copa das Confederações, ocorrida no mesmo momento. A presença no país da imprensa internacional ampliou a dimensão dos protestos⁶ – e é também de se perguntar se eles não terão tido um impacto sobre a crise que afetou a Fifa e seus dirigentes no imediato pós-Copa.⁷ No entanto, em 2014, ano da Copa, sem que tivesse sido completamente interrompida, a mobilização declinou. Dois elementos podem ajudar a explicar as razões desse declínio: as consequências fatais da violência Black Bloc que no Rio de Janeiro culminou com a morte do cinegrafista Santiago Andrade; e a polarização política que dividiu os brasileiros em um ano eleitoral.

Um livro sobre os Black Blocs paulistas, *Mascarados* (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014) mostra como a violência manifestante se introduz nos protestos desse período. O perfil dos ativistas remete principalmente a uma juventude de baixa classe média, que vive em bairros periféricos, educada em universidades particulares e marcada pela democratização do acesso à internet e à informação. Sua experiência original da

⁵ O dossiê *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil* (ANCOP, 2014), assinado por 120 profissionais liberais, universitários e ativistas vinculados a diferentes entidades em todo o país, é certamente o mais completo no que se refere aos gastos públicos e graves violações de direitos humanos envolvidos na Copa sediada pelo Brasil.

⁶ Vários depoimentos de ativistas registram esse fenômeno. A respeito da novidade representada pela repercussão das manifestações, Bruno Paes Manso (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 162) observa justamente: “Existem coisas difíceis de explicar, mas antes de 2013 esses protestos não viravam notícia, como se não fossem vistos como assuntos relevantes [...]”.

⁷ Prisão na Suíça de José Maria Marin a pedido da Justiça americana, demissão e suspensão de Sepp Blatter e Michel Platini, abertura no Brasil de uma CPI da Fifa. Cf. para um balanço, entre outros, Bourcier (2015).

violência, intrínseca às periferias urbanas, é a brutalidade da presença policial, que no contexto brasileiro faz ofício de política de segurança pública.⁸ Seu próprio uso da violência, no contexto das manifestações, inscreve-se em uma lógica de inversão de uma série de relações assimétricas (ARENDR, 1985): violência na Paulista, em vez de apenas na periferia; violência exercida contra a polícia⁹ – ao invés de apenas sofrida; passagem da condição de vítima passiva à condição de autor. Em seu posfácio a *Mascarados*, Pablo Ortellado retrata a história do fenômeno Black Bloc, desde a sua formação no âmbito do movimento autonomista alemão dos anos 1980 até sua ressignificação no contexto das manifestações de Seattle na virada do século XX para o XXI. Para os ativistas, tratava-se de proceder à destruição seletiva da propriedade privada, de modo a atingir símbolos do poder global – bancos, grandes redes comerciais – e dar visibilidade à luta. Não podiam ser alvo pequenos comércios, pessoas ou animais. Em São Paulo, em 2013, registram-se episódios de forte impacto simbólico com ferimento de policiais em manifestações. Mas o episódio mais grave ocorreu no Rio, na Central do Brasil, durante o protesto de 6 de janeiro de 2014 contra o aumento das tarifas dos transportes. Nesse dia, Santiago Andrade, cinegrafista da TV Bandeirantes, foi atingido na cabeça por um rojão, morrendo pouco tempo depois. Pode-se dizer que 2013 terminou ali e que a (vitoriosa) greve dos garis, na primeira semana de março de 2014, marcou o apagar das luzes do movimento.

COLETIVOS E REDES

Foram feitas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, 14 entrevistas de caráter exploratório (perto de 20 horas de gravação) com membros de coletivos com alguma presença nas manifestações de 2013.¹⁰ Consideramos, para efeito de análise, um 15º coletivo, objeto da pesquisa de mestrado de um membro da equipe.¹¹ Desses, quatro estão voltados para questões urbanas e sete são coletivos de midialivistas. Os quatro últimos ocupam uma posição particular: são coletivos de artistas e mobilizam recursos emocionais e estéticos para oferecer um patamar de unidade a um movimento fragmentado não apenas pela diversidade temática, mas também e principalmente por seu formato organizacional. Esse formato é o de coletivos relativamente pequenos e pouco institucionalizados, que dispõem muitas vezes de uma base territorial, mas que operam fundamentalmente em rede – redes internas e redes de coletivos. Nesse sentido, são estreitamente dependentes das tecnologias de comunicação digital, tanto para a comunicação interna (WhatsApp, Telegram) como enquanto recurso de expressão no espaço público (sites, YouTube, Facebook). A seleção que operamos, não obstante seu caráter arbitrário e circunstancial, permite

⁸ Um entre muitos depoimentos (a Esther Solano): “Todos os meus amigos são da região leste, da favela mesmo. Um deles foi morto pela PM, professora. Dá um ódio... Porcos fardados. Por isso estou aqui. Tenho raiva, ódio, mas sei que na minha comunidade não posso fazer nada. Aqui na Paulista é diferente. Posso me manifestar” (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 51).

⁹ Sobre os enfrentamentos de 11 de junho de 2013, entre o parque D. Pedro e a praça da Sé, Manso observa: “Policiais solitários que se desgarravam do grupo eram perseguidos por jovens mascarados. [...] Eu nunca havia testemunhado jovens correndo atrás de policiais em um protesto e aquilo me impressionou” (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p.165).

¹⁰ Observações feitas durante um ano e meio nas páginas Facebook de alguns coletivos orientaram a escolha dos contatos; também houve sugestões de parceiros.

¹¹ O coletivo Direitos Urbanos foi objeto da pesquisa de mestrado de Nogueira (2015).

ilustrar três questões que permearam as mobilizações de 2013: como alterar as atuais condições da vida urbana? Como organizar a informação em um contexto de monopólio e crise da chamada “mídia corporativa”? E como enunciar objetivos para um movimento dotado de uma organização fragmentária, com pauta diversificada e que se pretendia autônomo em relação aos partidos¹²? Por razões de espaço, não trataremos aqui desse último ponto, embora ele seja extremamente importante para a discussão sobre uma narrativa do movimento.

UMA OUTRA CIDADE

A centralidade da questão urbana nas pautas de 2013 sugere uma reconfiguração considerável das lutas sociais no Brasil. Ela está presente de há muito na ação do MTST, hoje provavelmente a organização com mais forte capacidade de mobilização no país. Movimento de pobres urbanos, o MTST situa-se, no entanto, no ponto de encontro entre a universidade – com sua capacidade de exploração de problemas e de possíveis respostas a esses problemas – e esse potencial de mobilização ancorado em uma experiência social difícil e formado, como nas lutas populares dos anos 1970, fundamentalmente por mulheres:

As mulheres são a maioria dos ativistas. [...] O espaço da coordenação, as pessoas da integração nos movimentos, creio que 90% são mulheres.

Uma ocupação é um espaço de vida, de luta e de aprendizado:

No fim do ano passado, as mulheres [de uma das ocupações] me pediram um espaço de formação porque elas queriam aprender a falar em público. Então criamos um espaço onde elas se sentissem encorajadas a falar em público. Uma vez por semana fazíamos reuniões. [...] Há mulheres que fazem assembleias com 2000 famílias [...] mas no espaço da direção, no espaço mais político dos movimentos, ali onde a estratégia é debatida, elas não falam.¹³

A Educap foi criada em 2008 por moradores do Complexo do Alemão, com foco na saúde e nos direitos humanos, e contando com 22 voluntários e uma enorme diversidade de projetos. Nossa entrevistada – uma mulher – define-se como “articuladora de redes”. Enquanto fala, faz desfilar no computador centenas de grupos WhatsApp através dos quais a informação circula: “Depois que surge o Zap, fortalece todo mundo, todo mundo comunica”. Grupos econômicos:

Eu tenho um grupo de empreendedores locais com o Sebrae. Eles divulgam o próprio trabalho. É o *marketing* que você não imagina que existe e ajuda na economia local. Eu quero comprar um salgado, hambúrguer, não vou pro McDonalds, vou comprar aqui. Tem um salão que vai inaugurar, já criou um grupo, aí faz promoção... a economia local consegue girar. A pessoa faz de tudo com um celular. Eu consigo captar recursos com um celular.¹⁴

¹² Grau de autonomia que é objeto de infinitas controvérsias.

¹³ Entrevistado(a) do MTST.

¹⁴ Entrevistada Educap.

Grupos de comunicadores: Voz da Comunidade, Notícias do Alemão, Complexo do Alemão, Paz no Alemão, Coletivo Papo Reto, Ocupa Alemão, Defensores da Paz – a lista é longa:

A gente está num território em guerra, precisa saber como está o território. [...] Teve um tiroteio na Nova Holanda. Alguém faz o vídeo do tiroteio lá de cima, manda, eu mando pra defensor público, pra televisão. Porque quanto mais a gente expõe a violência, a gente fica menos vulnerável, porque alguma hora alguém vai escutar. Um grupo [WhatsApp] é um diário de campo, relato do dia a dia. Quando eu for preparar meu relatório, eu já tenho aqui as fotos do evento. Tem data. Eu não me perco também.¹⁵

Todo mundo tem celular: “A maioria tem celular de 300 reais, compra para pagar em 10 vezes – fácil.”¹⁶

No MTST, grupos de WhatsApp também são muito importantes. Por eles passa toda a coordenação do movimento. Como no Complexo do Alemão, circulam sobretudo mensagens verbais, “porque muita gente não sabe ler nem escrever”.

Coletivos centrados em questões urbanas

Coletivo	Surgimento	Perfil de atividade	Perfil dos membros	Implantação
MTST	1997	Lutas urbanas: ocupações e negociação moradia popular.	Trabalhadores sem teto e universitários	Nacional
Educap	2008	Lutas urbanas: articulação de redes de moradores.	Moradores de favelas	Rio, Complexo do Alemão
Direitos Urbanos	2011	Lutas urbanas: ocupações (em 2013, ocupação da prefeitura, Movimento#OcupaEstelita), mas também diálogo com a Prefeitura e monitoramento das políticas públicas para a área urbana.	Arquitetos, urbanistas, jornalistas, artistas, membros do Ministério Público, advogados, profissionais liberais, cineastas.	Recife

¹⁵ Entrevistada Educap.

¹⁶ Entrevistada Educap.

Assembleia Popular do Méier	2013	Lutas urbanas: participação nas orientações de gestão do bairro e tomada de decisões.	Moradores	Rio, Grande Méier
-----------------------------	------	---	-----------	-------------------

Fonte: elaborado pelos autores.

Movimentos como o MTST ou coletivos como o Educap são sugestivos da força das redes sobre as quais uma população pobre e precarizada se apoia para sobreviver e viver, resistir e lutar. Mas a questão da cidade não está posta apenas para eles. Direitos Urbanos, coletivo recifense formado em 2011, conta entre seus membros inúmeras categorias de profissionais de classe média – arquitetos, urbanistas, jornalistas, artistas, membros do Ministério Público, advogados, profissionais liberais, cineastas –, inquietos com o destino de uma cidade desfigurada por empreiteiras e políticos. Hoje sua página no Facebook conta 30.378 membros. Muitos participaram da luta contra a demolição do edifício Caiçara, na praia da Boa Viagem, que inspirou o filme *Aquarius*. Em sua forma atual, o coletivo data de dezembro de 2011. Formou-se na luta contra a desfiguração do pátio ferroviário Estelita – Movimento#OcupaEstelita –, patrimônio arquitetônico de Recife. A mobilização estendeu-se ao Coque, bairro popular vizinho, também ameaçado pelo projeto. A experiência dos “Ocupa” generalizou-se e diversificou-se. Além do #OcupaEstelita, houve a ocupação da Prefeitura em 2013 e vários outros “Ocupa” relâmpagos ainda em 2015, como forma de pressão sobre vereadores e prefeito. Mas não é a única forma de luta. Direitos Urbanos também explora diferentes modalidades de intervenção judicial e audiências com o poder público. Reivindicam o direito do cidadão de se envolver no planejamento e na condução dos rumos da cidade – como o movimento curitibano Salvemos o Bosque da Casa Gomm¹⁷ ou o #OcupeCocó, em Fortaleza (PINHEIRO, 2014), ou a Vila Autódromo no Rio de Janeiro (BAYER, 2017).

A Assembleia Popular do Méier, por fim, uma das muitas assembleias de bairro que se formaram no Rio de Janeiro, embora mais frágil do ponto de vista organizacional, manteve-se durante quase três anos, como um exercício semanal de democracia direta, orientado para a reflexão sobre os problemas locais e para a disputa de espaços de gestão e poder. Pretendia-se autônoma em relação aos partidos, quaisquer que fossem as preferências partidárias de seus membros. Dispunha de um grupo no Telegram para comunicação interna e uma página no Facebook. Definia-se como “espaço aberto ao debate, por uma cidade mais justa e por uma zona norte libertária mais consciente”. Por que acabou? “Porque é cansativo. É um exercício bacana, mas é um exercício – de aprender a ter uma nova forma de lutar.” No entanto, a página no Facebook da Assembleia se mantém.

Em 2013, movimentos, coletivos e assembleias colocaram na ordem do dia a questão das condições de vida na cidade. Nela embutida – ou paralelamente a ela –, outras estavam postas. Direitos humanos e violência policial, racismo e segregação dos pobres são questões cruciais na experiência das favelas. Em Brasília, movimentos indígenas tornaram-se visíveis na luta pela demarcação de terras e pela garantia de direitos culturais. Não obstante, em um contexto profundamente marcado pela organização de dois megaeventos esportivos, a questão da cidade ganhou

¹⁷ Disponível em : <www.facebook.com/SalvemosOBosqueDaCasaGomm>. Acesso em: 12 out. 2017.

importância central. E embora formado fundamentalmente por estudantes, o Movimento Passe Livre teve como horizonte a questão da mobilidade urbana e as tarifas do transporte coletivo. A importância nacional da mobilização promovida pela *Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop)*, na resistência contra a brutalidade das remoções ligadas à preparação da Copa do Mundo, também se inscreve na ideia da luta por uma outra cidade. E não se trata apenas de participação na gestão. Se a participação está em pauta é porque há um conflito profundo de orientações em relação a que cidade queremos.

MIDIALIVRISMO

O ano de 2013 viu emergir no Brasil uma nebulosa de coletivos de mídia alternativa com vocação para substituir, pelo menos parcialmente, uma mídia corporativa em crise e hostil ao movimento – embora de fato interagindo com ela. Entre os sete que entrevistamos, dois são coletivos de aspirantes a jornalistas e três ocupam uma posição híbrida, entre o jornalismo profissional e o midiativismo. Os dois últimos são coletivos de ativistas estrito senso. Embora de formas diferentes, todos mantêm relações complexas e ambivalentes com o jornalismo profissional, combinando-se com ele dentro de um espaço de circulação da informação estruturado em rede. Duas lógicas complementares participam desse fenômeno: o surgimento de uma base tecnológica – o *web 2.0* – que permite a atores de diferentes perfis tomarem posição num mesmo sistema de produção e circulação da informação; e a crise da mídia institucional, que perde leitores e demite jornalistas num contexto de forte concorrência com a mídia alternativa.

Coletivos midialivristas

Coletivo	Surgimento	Perfil de atividade	Perfil membros	Implantação
Agência Mural	2010	Dar voz à periferia.	Jovens jornalistas de periferia	São Paulo capital e região metropolitana.
Revista Vaidapé	2012	Luta por direitos humanos e temas culturais nas periferias urbanas.	Estudantes de comunicação da PUC, ciências sociais USP.	São Paulo.
Mídia Ninja	2013	Midiativismo.	Encontro entre jornalistas profissionais e ativistas do circuito Fora do Eixo.	Nacional
Ponte	2014	Jornalismo focado nos direitos humanos	Jornalistas profissionais e jovens jornalistas de periferia.	São Paulo
Jornalistas Livres	2015	Midiativismo	Jornalistas profissionais	São Paulo, Campinas, São Roque, Brasília,

				Curitiba, Belo Horizonte + rede de apoio nacional.
Mídia Independente e Coletiva	2013	Midiativismo	Videastas ativistas	São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro
Mariachi	2013	Midiativismo anarquista	Videastas, advogados, astrônomos, sociólogos	Rio, São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte

Fonte: elaborado pelos autores.

O jornalismo alternativo não é um fenômeno novo, mas as redes digitais alteraram profundamente as condições de acesso e compartilhamento da informação. No contexto do movimento de 2013, tratava-se de trazer a público aquilo que uma imprensa institucionalizada se recusava a mostrar. A Mídia Independente e Coletiva e o Mariachi formaram-se praticamente ao mesmo tempo.

Havia no Brasil pequenas iniciativas de comunicação popular independente. Mas o que há no Brasil é um monopólio, uma centralização da informação nas mãos do capital. O que ocorria nas ruas não chegava para a população. Os coletivos de mídia, por meio da internet, começaram a mostrar. O primeiro caso prático foi o do Bruno, [...] preso no dia da chegada do papa [ao Rio de Janeiro]. Policiais infiltrados jogaram coquetel molotov e disseram: [...] foi esse rapaz. E aí as mídias independentes se reuniram e fizeram um vídeo, editado [por um videasta] da Mídia Ninja, que inocentou o Bruno. [...] A segunda fase é o processo de comunicação das favelas. Antes a gente só cobria protesto e coisas que aconteciam na zona central e sul, na classe média. E a partir da repercussão, o pessoal das favelas começou a nos chamar pra mostrar o que estava acontecendo. Agora é a segunda fase, mostrar a guerra urbana nas comunidades, produzida pelo Estado. A terceira fase é o Coletivo Papo Reto – as pessoas das comunidades sendo os comunicadores sociais.¹⁸

Os primeiros vídeos foram postados nos perfis de cada um. Mas logo se criou uma marca para proteger os militantes da polícia. Seattle e seus Centros de Mídia Independente, formados no começo do século XXI, deram o modelo.¹⁹

Dissemos: vamos refundar o CMI. Depois soubemos que o CMI existia. Então resolvemos homenagear o CMI original. MIC é um

¹⁸ Entrevistado(a) Mídia Independente e Coletiva.

¹⁹ Muitos ativistas evocaram a importância do Centro de Mídia Independente brasileiro, criado em 2000 na esteira da rede Indymedia formada em Seattle em 1999. A mesma referência aparece em relatos que vinculam o CMI às lutas pela tarifa zero em Salvador (Revolta do Buzu, 2003) e Florianópolis (Revoltas da Catraca, 2004 e 2005).

anagrama. Hoje o Centro de Mídia Independente do Rio de Janeiro e a MIC são praticamente fundidos.²⁰

Houve uma grande reunião na Casa Nuvem – casa frequentada por artistas, de viés anárquico, abriram um espaço para midiativistas. Os coletivos se conheceram e ali foram criadas as primeiras alianças. E ali começam os primeiros processos da MIC com a América Latina; porque vem um quadro do midiativismo zapatista pra essa reunião. [...] Ele veio e começou essa inter-relação México, Guatemala e Chile. E começou a rede de tambos. Era uma coisa que havia no antigo Império Inca, onde ficavam as pessoas que levavam informação. Nisso a MIC cresceu, ganhou repercussão.²¹

O site vem quase dois anos depois. Demorou, porque foi uma articulação muito grande com as pessoas. Alguns coletivos não quiseram participar. Mas a base é o Mariachi e a MIC.²²

A palavra Mariachi, de origem mexicana, designa uma formação de músicos ambulantes. “Coletivo anarquista de midiativismo fundamentado no princípio da liberdade e respeito à pessoa humana [...] e [visando] à amplificação da voz do oprimido”,²³ têm quase 174.000 seguidores no Facebook. Acompanharam várias campanhas e manifestações: pela liberdade de Rafael Braga, ocupação do Colégio Pedro II, campanha em defesa da Uerj... Nosso entrevistado fotografa, produz vídeos e documentários. As discussões internas, diárias, frequentemente versam sobre questões editoriais. A página no Facebook do grupo saiu do ar seis vezes, sem motivo claro. No YouTube, como a MIC, há um arquivo com centenas de vídeos, registros históricos das manifestações desde 2013.

Um segundo tipo de posicionamento no espaço de produção e circulação da informação é ilustrado pela Agência Mural e pela *Revista Vaidapé*. Animam-nas estudantes de jornalismo e/ou jovens jornalistas recém-formados de São Paulo, interessados nas periferias urbanas – alguns deles, como no caso da Agência Mural, antigos moradores de favelas. Compartilham com a MIC e o Mariachi a ideia de romper a barreira de silêncio imposta pela mídia institucional às populações pobres.

A Agência Mural nasceu como um *blog* – na verdade, um treinamento. Um repórter da BBC recebeu uma bolsa do ICFJ (International Center for Journalists) e veio para o Brasil treinar jornalistas. Naquela época, éramos estudantes. Ele nos deu algumas pistas sobre o uso dos telefones celulares, câmeras e a leitura daquilo que os principais órgãos de imprensa estavam dizendo sobre a periferia de São Paulo. Foram formados três grupos de 20 pessoas. Usávamos Wordpress para escrever artigos. Enquanto grupo que conhecia bem os bairros populares de São Paulo (ele viveu durante anos em Paraisópolis), desenvolvemos uma competência específica: éramos capazes de entender o que ali ocorria do ponto de vista dos moradores.²⁴

²⁰ Entrevistado(a) Mídia Independente e Coletiva.

²¹ Entrevistado(a) Mídia Independente e Coletiva.

²² Entrevistado(a) Mídia Independente e Coletiva.

²³ Página do Facebook do coletivo Mariachi.

²⁴ Entrevistado(a) Agência Mural.

Graças à mediação de uma outra jornalista, “em 2009 nos tornamos um *blog* hospedado pela *Folha de S. Paulo*” Desde 2010, publicamos mais de 1.500 artigos e várias reportagens.²⁵

Há dois anos, criaram a agência porque as atividades se diversificaram: ateliês nas escolas sobre a imagem da periferia e dos jovens da periferia, sobre como ler os jornais. Têm uma parceria com a Global Voices, rede internacional de blogueiros, tradutores e jornalistas: “nossas histórias foram publicadas em várias línguas”.²⁶ O material é produzido e acessado graças aos *smartphones*.

As pessoas têm mais telefones ou computadores [do que antes]. O acesso é bastante bom nas periferias. Há lugares onde não é bom. Mas as pessoas trabalham no centro e elas recebem a informação no ônibus, têm duas a três horas de transporte. Não conheço ninguém que não tenha um bom telefone.²⁷

Quanto ao coletivo Vaidapé, foi criado em 2012 por estudantes de comunicação da PUC. Autonomistas de esquerda, são críticos à gestão petista – principalmente na questão agrária e dos povos tradicionais.

A gente optou [...] por não cobrir a política institucional, porque a política também está acontecendo nas ruas e muitas vezes outras formas de ação política não têm tanto respaldo na grande mídia [...] Mas a gente entende a ingerência da política institucional nesse tipo de vivência. Lembro uma matéria que fiz na gestão Haddad, uma favela que pegou fogo no centro de São Paulo. Eu liguei para a Secretaria de Habitação e o assessor falou que as favelas pegavam fogo pra chamar a atenção; eu estava gravando a ligação e soltei a matéria.²⁸

O projeto inicial era fazer apenas uma revista impressa.

[Mas], a gente começou a entender a importância das múltiplas plataformas para a comunicação. A nossa revista, a maior tiragem foi de 5 mil exemplares. Tem *post* nosso que tem 20 mil visualizações no *site*. A rádio comunitária tem um alcance curtíssimo, mas tem transmissão ao vivo.²⁹

Inicialmente de corte cultural, a revista reorientou-se para o jornalismo político:

Um ponto de virada foi junho. Cobrimos manifestação com vídeo, texto, e a página ganhou repercussão.³⁰

Em 2014, outro ponto de virada.

A gente criou o Centro Ocupado de Produção Alternativa [Copa], para cobrir a Copa do Mundo por um viés dos movimentos sociais e coletivos de mídia.³¹

²⁵ Entrevistado(a) Agência Mural.

²⁶ Entrevistado(a) da Agência Mural.

²⁷ Entrevistado(a) da Agência Mural.

²⁸ Entrevistado(a) Coletivo Vaidapé.

²⁹ Entrevistado/a Coletivo Vaidapé.

³⁰ Entrevistado/a Coletivo Vaidapé.

Entrevistaram os movimentos, organizaram rodas de conversa. A Al Jazeera e a BBC apareceram na redação do Copa. Convidados naquele ano para fazer a campanha do PT, recusaram...

Os três últimos coletivos situam-se no ponto de encontro do midiativismo com profissionais de imprensa que foram empurrados para o jornalismo alternativo pela crise do jornalismo profissional. Na revista *Piauí* de dezembro de 2013, Bruno Torturra relembra as demissões maciças que ocorreram em junho daquele ano nas redações de São Paulo. Uma carta a esses novos desempregados convidava-os a participar da estruturação da Mídia Ninja, presente no Facebook desde março. A crise estaria afetando o modelo comercial de produção e difusão da informação. Declinava o modelo industrial, vertical, dependente de recursos publicitários e de uma ampla circulação. Se das redes de inteligência coletiva, porém, viesse a emergir um modelo capaz de manter e arejar a profissão, talvez o jornalismo pudesse se reinventar. Uma reunião convocada no centro de São Paulo teve participação confirmada por 300 pessoas. A reunião foi inviabilizada por uma grande manifestação, intensamente reprimida pela polícia. Mas as relações entre jornalismo profissional e midiativismo desde então não cessaram.

O sucesso da Mídia Ninja veio, primeiro, da generalização das filmagens ao vivo. No começo de 2011, um jornalista testemunhou por casualidade uma manifestação fortemente reprimida no centro de São Paulo. E começou a mandar tuítes sobre o que estava vendo. Com a repercussão, foi procurado pelos movimentos, que o convidaram a filmar ao vivo a nova manifestação que iriam organizar. “Consegui o equipamento e a gente fez a filmagem. A manifestação reuniu 30 a 40 mil pessoas; mas foi visualizada por 90 mil.”³² Dessas experiências surgiu, no fim de 2011, a ideia de uma mídia alternativa, organizada a partir de um coletivo que reunisse jornalistas profissionais e jovens ativistas. “Quando todo mundo começou a falar da Mídia Ninja, não tínhamos nem website.”³³

O *crowdsourcing* – que deu origem à marca “Somos todos Ninja” – foi inventado em Seattle. A proeza tecnológica da mídia alternativa naquele momento teria consistido em reunir gravações em áudio e vídeo enviadas por uma massa de ativistas postados ao longo das ruas de Seattle e editar esse material por meio de documentários que alcançaram grande repercussão (DOWNING, 2002). O sucesso da Mídia Ninja apoiou-se nesse modelo, em um contexto de rápida evolução tecnológica.

A gente começou a cobrir os atos com um carrinho de supermercado que tinha uma maquinária gigante. E aí, por acaso, o Carioca descobre esse aplicativo [o Tweetcaster]. Ele baixa e diz: “Gente, estou indo fazer a cobertura com esse aplicativo”. E foi nessa noite que tudo estourou. A gente desconta na rua tendo esse olhar ao vivo, tendo mais audiência que as mídias tradicionais e corporativas. E aí a gente começa a publicar a tecnologia daquele dia para todo mundo: ‘O Tweetcaster funciona assim...’ Isso tudo

³¹ Entrevistado/a Coletivo Vaidapé.

³² Entrevistado/a Mídia Ninja.

³³ Entrevistado/a Mídia Ninja.

era pelo Twitter na época – tinha que tuitar para jogar no Facebook.³⁴

O “Somos todos Ninja” nasceu ali: “O fato de que jovens muito jovens, que gostavam de nós, queriam trabalhar para nós criou um novo ponto de inflexão: de iniciadores passamos a editores”.³⁵

A Ponte, criada em 2014, e os Jornalistas Livres, em 2015, inscrevem-se na continuidade desse movimento. A Ponte procurou cobrir o vazio deixado pela ausência, na grande imprensa, de uma cobertura de qualidade sobre a violência na periferia e a questão dos direitos humanos. Aliou jornalistas experimentados e jovens jornalistas recém-formados. A tensão entre jornalismo profissional e as “narrativas” ativistas é palpável:

[Na Ponte] há muita gente que vem de bairros pobres de São Paulo. São jornalistas e não gostam da polícia. Detestam a polícia porque amigos deles morreram, porque foram espancados e sofreram muito. E agora são jornalistas. Então se tornaram um movimento. Eu acho interessante, mas não é uma coisa que eu quero fazer.³⁶

Essa tensão está presente igualmente entre os Jornalistas Livres, que surgiram no momento em que cresciam as manifestações pelo *impeachment*, cobrindo contramanifestações que interessavam pouco à mídia tradicional. O “núcleo duro” é formado por 18 jornalistas profissionais, que no JL fazem trabalho voluntário. “Núcleo duro” porque também dispõem de uma rede de colaboradores para o *crowdsourcing*.

O JL, nós definimos como uma rede de mídia livre que faz jornalismo, apuração, tem compromisso com os direitos humanos e tem muito a preocupação dos fatos. Não é ativismo puro e simples.³⁷

Em um contexto de crise da imprensa, o midiativismo foi hostilizado e encarado com desconfiança pelos profissionais. Entretanto, as duas formas de jornalismo têm não apenas convivido, mas tecido entre elas relações complexas. Há um mimetismo da grande imprensa em relação a formas de transmissão da notícia que fizeram o sucesso do midialivismo nas redes sociais. O *Estado de S. Paulo* tem uma entrevista diária ao vivo no Facebook, com comentários sobre acontecimentos políticos e o formato é exatamente o mesmo da mídia alternativa. A Rede Globo adotou o *smartphone* para filmar manifestações de esquerda, inclusive porque seus cinegrafistas circulam dificilmente nesses espaços com o logo da emissora.³⁸

³⁴ Entrevistado(a) Fora do Eixo.

³⁵ Entrevistado/a Mídia Ninja.

³⁶ Entrevistado(a) Ponte.

³⁷ Entrevistado/a Jornalistas Livres.

³⁸ Em 16 de dezembro de 2016, Leilane Neubarth apresentou ao vivo, na Globo News, uma manifestação na avenida Paulista contra a PEC dos gastos. Ao transmitir imagens do ataque à Fiesp, disse: “Por enquanto, nós não sabemos que prédio é esse; só sabemos que fica na avenida Paulista”. Envio da matéria feito sem edição prévia e sem comentário de acompanhamento.

Um dos elementos que informa essas relações entre mídia corporativa e midiativismo é a questão da visibilidade. Certos midiativistas compram visibilidade no Facebook, ao passo que outros consideram essa estratégia inútil:

Se você tem 60 pessoas que te seguem, você fica numa bolha; mas se você tem 200, 250 compartilhamentos em nível do país, você explode a bolha. A gente [Mídia Ninja] sabia disso e tinha meios para contornar. A gente anunciava: vamos fazer uma transmissão daqui a duas horas. As pessoas ficavam em *standby* e compartilhavam. Muita gente em muitos estados compartilhava. O problema não é apenas ter muitos compartilhamentos; é também onde você está. E aí o algoritmo “dizia”: isso é importante.³⁹

O vídeo que, em 2017, mostrou uma criança, João Vitor, sendo arrastada por seguranças do restaurante Habib's em São Paulo, foi obtido por um jornalista da Ponte, que também trabalhava para a TV Record. O vídeo foi projetado nos dois canais e alcançou muito rapidamente um recorde de visualizações. Mas o outro lado dessa construção complementar da visibilidade é a incorporação a baixo custo pela grande imprensa de uma mão de obra precarizada. A Agência Mural tem um *blog* na *Folha de S. Paulo*. São remunerados como prestadores de serviço, e não como assalariados. Mas ganham visibilidade. Isso conta ponto para concorrer a editais e o acesso ao financiamento é difícil. Para os jornalistas profissionais, no entanto, isso pode ser um problema.

Nós estamos canibalizando a nossa profissão e isso me incomoda muito. Muita gente como *Carta Capital* ou *El País* quer publicar coisas nossas, mas de graça. Aí eles publicam nossas coisas e mandam embora os jornalistas deles. Eu acho isso insuportável.⁴⁰

Alguns órgãos de mídia alternativa têm obtido recursos de fundações – Open Society, Fundação Ford – que colocaram a questão da imprensa em suas agendas: “Se a imprensa entra em colapso, é o colapso da democracia”. Mas esse apoio permanece limitado no tempo. O financiamento participativo também é utilizado, mas responde apenas a situações emergenciais. Apesar das dificuldades, mantêm um grau de organização e um potencial de mobilização que contrastam com a debilidade atual dos protestos.

2013 E A CRISE INSTITUCIONAL BRASILEIRA

O ativismo de 2013 apoiou-se em um formato relativamente novo: grupos pequenos e flexíveis, por oposição às grandes estruturas associativas e sindicais do passado.⁴¹ Mas não são efêmeros. Em um momento de refluxo dos protestos, a comunicação interna às redes, via WhatsApp e/ou Telegram, parece ter se tornado mais importante que a comunicação via Facebook, em que os efeitos de algoritmo reduzem a visibilidade das mensagens. O que nos dizem esses coletivos do ponto de vista da agenda democrática brasileira? Duas questões pelo menos merecem reflexão: a pauta e o conteúdo das lutas; e a relação com o sistema político e o quadro institucional.

³⁹ Entrevistado/a Mídia Ninja.

⁴⁰ Entrevistado(a) Ponte.

⁴¹ Para um balanço da literatura francesa, ver Sawicki e Siméant (2011).

Na pauta, dois problemas: o da cidade desejável e o da mídia desejável. Na cidade desejável, haverá resposta ao déficit e à qualidade das moradias populares (MTST); o direito à vida das populações pobres será garantido e a violência policial eliminada (Educap). Mas para isso é preciso que o espaço urbano deixe de ser sequestrado pelos interesses das empreiteiras que desfiguram cidades com o beneplácito de políticos (Direitos Urbanos) e que recursos públicos não sejam maciçamente desviados para servir a interesses privados, como ocorreu durante a desastrosa organização da Copa do Mundo no Brasil (Ancop). Todos se reconhecem no objetivo de construir cidades inclusivas, sustentáveis e justas.

A centralidade do urbano na pauta dos movimentos sugere um deslocamento de conflitos construídos em torno das relações de trabalho para conflitos enraizados na cidade. Vivíamos em uma sociedade de assalariados, estamos começando a viver em uma sociedade de empreendedores individuais.⁴² As lutas urbanas não são uma novidade no cenário brasileiro. Elas permeiam toda a história do país – e, às vezes, a própria história da urbanização, como no caso de São Paulo (KOWARICK, 1979). Uma vasta literatura sobre lutas urbanas foi produzida na década de 1980.⁴³ Mas se tratava de reivindicações por escolas, centros de saúde, hospitais, pavimentação de ruas, esgotos – lutas importantes, sem dúvida, sobretudo em um contexto de abertura democrática, que apontavam para uma significativa dinâmica de mobilização dos pobres. Porém, eram lutas que não se inscreviam ainda tão claramente como agora num conflito em torno dos sentidos do urbano.

A existência de uma imprensa alternativa também não é um fenômeno novo (DOWNING, 2003). Mas a democratização do acesso à internet, e o uso intensivo da plataforma Facebook no Brasil (102 milhões de usuários em 2016, dos quais 93 milhões conectados por meio de telefones celulares) favoreceu a multiplicação de experimentações que modificaram duravelmente o panorama da informação no país, ao mesmo tempo em que coincidiam com uma crise profunda do jornalismo. Mídia corporativa e mídia alternativa concorrem nas redes sociais, ao mesmo tempo em que se completam, influenciando sobre suas respectivas pautas e desenvolvendo formas menores de colaboração. Importante, essa ruptura experimental do monopólio da informação não pode ser uma resposta suficiente ao sequestro da imprensa escrita, radiofônica e televisiva por grandes grupos econômicos. A irrupção nas redes sociais de um sem-número de coletivos de midialivristas, blogueiros e plataformas semiprofissionais de jornalismo corresponde a um momento de resistência que não poderá ser perenizado sem uma reflexão profunda sobre as condições de democratização da mídia no país.

Entretanto, há em jogo outra questão importante – a dos espaços de deliberação e decisão. Foge ao escopo deste trabalho analisar o processo por meio do qual, na continuidade das Jornadas de 2013 e mais claramente a partir de 2014, os protestos se converteram em oposição aberta ao governo Dilma Rousseff, culminando com o golpe parlamentar que levou ao *impeachment*. Sem entrar no mérito da discussão sobre o grau de continuidade ou descontinuidade entre esses dois momentos,⁴⁴

⁴² A China, nesse sentido, é um exemplo interessante. Pátria de um novo empreendedorismo individual e familiar, o país viu se multiplicarem em seu território conflitos estreitamente ligados às condições de vida nas cidades e à questão do meio ambiente (ROULLEAU-BERGER, 2016).

⁴³ Sem poder revisitar essa literatura, vale lembrar o texto de Ruth Cardoso (1984), referência incontornável para um balanço do período; e a tese de Eder Sader (1987).

⁴⁴ Todo movimento social comporta germes de um antimovimento, como constataram Alain Touraine e outros (1982) em estudo sobre o sindicato polonês Solidariedade. Por eles considerado o mais

importa reafirmar os traços democráticos característicos dos coletivos que investigamos e das manifestações de 2013: respeito ao “lugar de fala” dos envolvidos na luta, reconhecimento do protagonismo das mulheres e sensibilidade às questões de gênero, sensibilidade autonomista e libertária, vontade de impedir o “aparelhamento por parte de partidos e organizações políticas”.⁴⁵ Esses movimentos viraram as costas ao sistema político-partidário, criando zonas de autonomia e espaços horizontais de deliberação, ainda que efêmeros: ocupações, assembleias, espaços de vida comunitária. A proliferação de coletivos de mídia alternativa inscreve-se na mesma lógica: a da ruptura com o monopólio de fala dos grandes órgãos de comunicação e, em muitos casos, o esforço de recuperação da autonomia profissional do jornalista.

A eclosão dessa experiência democrática é coerente com uma dinâmica social definida pela elevação dos níveis de escolaridade e de acesso à cultura, pelo crescimento do acesso à informação através das redes sociais e pela importância e flexibilidade das formas horizontais e colaborativas de ação, marcadas pelo “minimalismo organizacional” (MACHADO, 2007). Essa experiência contrasta com os princípios hierárquicos e delegativos da representação, próprios dos regimes eletivos. Em um contexto de graves dificuldades institucionais, vale lembrar que uma delas, a chamada “crise da representação”, observa-se também em outros países, embora com expressões um pouco menos dramáticas. Que leitura fazer desse contraste?

Em um rastreamento extenso da experiência democrática, Bernard Manin (2012) mostra que o sorteio, e não o voto, foi a principal forma histórica de designação dos dirigentes na democracia. Só ao fim do século XVIII, na esteira das revoluções francesa e americana, e não sem controvérsias, a figura dos representantes eleitos e os governos representativos generalizaram-se e afirmaram-se como nova expressão legítima da democracia. A natureza democrática do sorteio derivava do caráter aleatório da escolha dos dirigentes – todos sendo considerados *a priori* igualmente aptos a exercer funções de governo, em caráter rotativo, e sob estreito controle dos demais. A representação, ao contrário, visava à formação de uma elite governante, superior e distinta dos governados. A hipótese de Manin é de que a legitimação dos governos representativos está ligada à “universalização” do voto.⁴⁶ Ao mesmo tempo em que o acesso ao voto era autorizado a uma população socialmente heterogênea, tratava-se de reservar os espaços de deliberação a categorias reconhecidas como hierarquicamente superiores. A repetição do voto a intervalos regulares garantiria o controle dos eleitores sobre essa elite dirigente. Apesar das transformações que afetaram os governos representativos ao longo do tempo, uma

importante movimento social do século XX, o Solidariedade combinava uma tripla dimensão: classista, democrática e nacional. Em seu declínio, tornaram-se claros os traços de xenofobia e antissemitismo nele presentes. Mais tarde, a categoria “antimovimento social” informou uma série de pesquisas de Michel Wieviorka sobre o terrorismo, o racismo e o antissemitismo.

⁴⁵ Essa vontade não data de 2013. Em depoimento sobre a manifestação, fortemente reprimida, de 26 de setembro de 2000 em São Paulo, contra o FMI e o Banco Mundial, Pablo Ortellado e André Ryoki (2004) indicam: “Fizemos um esforço grande para mobilizar movimentos sociais amplos, mas procuramos restringir a participação dos partidos políticos que têm um amplo e unívoco histórico de aparelhamento dos movimentos. Com o passar do tempo, no entanto, ficou claro que nosso movimento seria formado sobretudo por ativistas de grupos contraculturais e socialistas libertários, dos movimentos estudantil independente e ecologista radical”.

⁴⁶ Trata-se, evidentemente, do fim do voto censitário. Os operários e categorias modestas passam a poder votar, mas não as mulheres. Nos Estados Unidos, isso ocorre já ao fim do século XVIII, com exceção dos escravos; na França só ao fim do século XIX.

constante do modelo sempre foi a distância social separando dirigentes e eleitores e a autonomia assegurada àqueles para governar.

Essa distância, antes pautada por critérios econômicos, educacionais, culturais e de acesso à informação, reduziu-se consideravelmente nos últimos 50 anos, ao menos no que se refere às três últimas variáveis, embora tenha aumentado significativamente, como se sabe, no que se refere à primeira (PIKETTY, 2013). A labilidade do voto, que acompanha o debilitamento dos partidos, bem como o significativo crescimento dos votos nulos e brancos, traduzem o desencanto dos eleitores com sistemas políticos julgados inoperantes do ponto de vista da defesa dos interesses coletivos. É nesse contexto que as iniciativas cidadãs têm multiplicado experiências de controle sobre zonas autônomas e que a questão do sorteio voltou à ordem do dia. Yves Sintomer (2011) e David van Reybrouck (2014), além de revisitarem a história longa do sorteio, registram um sem número de experiências contemporâneas, em vários níveis, das quais a mais importante parece ter sido a formação por sorteio da Assembleia Constituinte islandesa em 2010.⁴⁷

Dado que a reinstitucionalização da vida política brasileira será em um futuro próximo uma passagem obrigatória, essas experiências merecem reflexão. Os movimentos de 2013, ao mesmo tempo em que zelavam por sua própria autonomia, reivindicaram a instauração de uma Assembleia Constituinte livre, soberana e exclusiva, reatando com a posição ardentemente defendida por Raymundo Faoro nos anos 1980 – derrotada pela correlação de forças então em vigor. No momento em que escrevemos, esse parece um horizonte distante. Mas o momento atual é também o de uma implosão do quadro institucional do país. Esse quadro terá de ser reconstruído para que os brasileiros possam continuar a viver juntos. E a pergunta que se colocará então é: reconstruído em que bases?

Artigo recebido em 19/07/2017 e aprovado em 11/10/2017.

REFERÊNCIAS

ANCOP. *Dossiê megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*. 2014. Disponível em: <<http://br.boell.org/pt-br/2014/11/14/dossie-megaeventos-e-violacoes-dos-direitos-humanos-no-brasil-2014.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ANDRADE, E.; LINS, C. L.; LEMOS, F. A luta pelo direito à cidade para e pelas pessoas. O caso do #OcupeEstelita. In: MORAES, A. et al. (Org.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 136-155.

ARENDT, H. *Da violência*. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

BASTOS N., F. J. C. Das redes às ruas. Junho em Florianópolis. In: MORAES, A. et al. (Org.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 80-94.

BAYER, M. L. *Méga-événements sportifs et politiques urbaines: le conflit de Vila Autódromo et les Jeux Olympiques à Rio de Janeiro*. Dissertação (Master Civilisations, Cultures et Sociétés) – Ipeat, Université de Toulouse 2, 2017.

BOURCIER, Nicolas. Fifa: le Brésil, épice du scandale. *Le Monde*, 5 jun. 2015.

⁴⁷ Castells (2013) oferece um relato detalhado e amplamente referenciado dessa experiência.

- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CASARINI, L. Sette parole chiave per costruire un linguaggio comune. In: MONTAGNA, N. (Org.). *Contro-impero: per un lessico dei movimenti globali*. Roma: Manifestolibri, 2002.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DOWNING, J. H. DOWNING, J. H. *Radical media: rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- _____. The Indymedia phenomenon: space-place-democracy and the new independent media centers'. In: LACROIX, J.-G.; TREMBLAY, G. (Org.). *2001 bogues: globalism and pluralism*. Montreal: PUL Diffusion, 2003. v. 1.
- FARRO, A. Le tournant italien. In: WIEVIORKA, M. (Org.). *Un autre monde*. Paris: Balland, 2003. p. 177-194.
- FOUREAUX, F. Belo Horizonte: a cavalaria andou de ré. In: MORAES, A. et al. (Org.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 24-42.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. (Estudos Brasileiros, 44).
- MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias. *Sociologias*, Porto Alegre, n.18, 2007.
- MANIN, B. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion, 2012. 1. ed. 1995.
- MORAES, A. et al. Junho está sendo. In: MORAES, A. et al. (Org.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 10-21.
- NOGUEIRA, R. Q. *L'activisme en ligne comme source d'information et de changement: la dynamique complémentaire en ligne et hors ligne du mouvement social et groupe Facebook Direitos Urbanos*. Toulouse, 2015. Dissertação (Master Communication et Territoires) – Université de Toulouse 3, 2015.
- ORTELLADO, P.; RYOKI, A. *Estamos vencendo!: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.
- PAGUL, J. Brasília, poéticas públicas. In: MORAES, A. et al. (Org.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 46-67, 2014.
- PIKETTY, T. *Le capital au XXIe siècle*. Paris: Seuil, 2013.
- PINHEIRO, V. Fortaleza. #Ocupe o Cocó. In: MORAES, A. et al. (Org.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 98-118.
- POUPEAU, F. Conflits environnementaux et régulation multi niveaux. In: CAILLÉ, A. ; DUFOIX, S. (Org.). *Le tournant global des sciences sociales*. Paris: La Découverte, 2013.
- REYBROUCK, David. *Contre les élections*. Arles: Actes Sud, 2014. (Collection Babel).
- ROULLEAU-BERGER, L. Economias migratórias, bifurcações biográficas e fronteiras morais. In: PERALVA, A.; TELLES, V. S. (Org.). *Ilegalismos na globalização: migração, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2016. p. 121-137.

SADER, Eder S. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.

SAWICKI, F.; SIMEANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.

SINTOMER, Yves. *Petite histoire de l'expérimentation démocratique: tirage au sort et politique d'Athènes à nos jours*. Paris: La Découverte, 2011.

SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

THÂMARA, T. Junho preto: favelado ocupando as ruas. In: MORAES, A. et al. (Org.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 158-175.

TOURAINÉ, A.; DUBET, F.; WIEVIORKA, M.; STRZELECKI, J. *Solidarité: analyse d'un mouvement social (Pologne 1980-1981)*. Paris: Fayard, 1982.